



POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Gésley de Oliveira Ribeiro¹

Prof^o. Dr. Milka Helena Carrilho Slávez²

RESUMO

O presente artigo discute questões relacionadas às políticas educacionais de recomposição das aprendizagens no processo de alfabetização no Estado de Mato Grosso do Sul. Nota-se que a pandemia deixou vários impactos na educação, principalmente no ciclo de alfabetização que compreende 1º e 2º anos do ensino fundamental, cujo processo de aprendizagem da linguagem escrita e leitora é complexo e permeado por desafios que se agravaram neste período. Este trabalho apresenta-se com o objetivo de realizar uma análise das políticas implementadas pelo Estado de MS no que se refere à alfabetização no período pós pandemia, buscando explicitar as estratégias das Secretarias para recuperação das defasagens escolares. São visíveis as dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de alfabetizar e letrar crianças nesse momento, por isso é fundamental instaurar programas voltados a promover aprendizados que não ocorreram durante a pandemia.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Alfabetização. Pandemia.

ABSTRACT

His article discusses issues related to educational policies for recomposing learning in the literacy process in the State of Mato Grosso do Sul. It is noted that the pandemic left several impacts on education, mainly in the literacy cycle that comprises the 1st and 2nd years of education. fundamental, whose process of learning written and reading language is complex and permeated by challenges that worsened during this period. This work aims to carry out an analysis of the policies implemented by the State of MS with

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2020). Pós Graduada em ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI), Pós Graduada em COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI) e também Pós Graduada em ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI). Atualmente professora efetiva da Escola Professora Maria Luiza Corrêa Machado.

² Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Toledo de Ensino; Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista e Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, no Programa Educação: História, Política, Sociedade. Atualmente é professor adjunto do curso de Pedagogia, Especialização em Educação e Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino na Educação Brasileira, com os temas: prática pedagógica para a educação básica, leitura do jornal nas séries iniciais, jornal na sala de aula, formação de professores inicial e continuada. Atualmente desenvolve estudos sobre identidade profissional docente, identidade de professores alfabetizadores, pesquisas sobre formação de professores e cultura escolar.



regard to literacy in the post-pandemic period, seeking to explain the Secretariats' strategies for recovering school gaps. The difficulties faced by teachers in the process of teaching children to read and write at this time are visible, which is why it is essential to establish programs aimed at promoting learning that did not occur during the pandemic.

Keywords: Educational Policies; Literacy; Pandemic.

INTRODUÇÃO

Os sistemas de ensino brasileiros sofreram um grande impacto com o advento da pandemia provocada pelo vírus Covid-19 no ano de 2020. As escolas foram fechadas de forma repentina, sem que houvesse um planejamento elaborado de caráter emergencial para continuidade das aulas de modo que todos tivessem acesso aos estudos. Neste período uma das propostas para dar andamento ao ano letivo foi a utilização de tecnologias e plataformas digitais para disponibilizar o material de estudo às crianças e suas famílias, entretanto muitos estudantes não conseguiram acompanhar e acessar com frequência esses materiais, por diversos fatores: falta de recursos para acesso à internet, neste caso estamos tratando de crianças em fase de alfabetização onde haveria a necessidade de acompanhamento de um adulto, o que nem sempre acontecia e quando havia disposição dos pais, a falta de conhecimentos sobre o processo de alfabetização dos familiares dificultava o aprendizado.

Com isso, a aprendizagem dessas crianças foi profundamente atingida, trazendo à tona e evidenciando aspectos da desigualdade social há muito tempo presentes no sistema educacional brasileiro. Após o longo período pandêmico, passou-se a analisar e projetar como o retorno às atividades poderia acontecer de forma a respeitar os protocolos sanitários e recuperar as aprendizagens essenciais para que esses alunos pudessem dar continuidade em seu processo de escolarização.

Embora as escolas tenham continuado seu funcionamento de forma não presencial, as aulas não foram suficientes para assegurar o processo de ensino e aprendizagem, de modo a garantir o acesso ao conhecimento, visto que tanto alunos e seus professores não contaram com uma política pública educacional de investimento em aparelhos tecnológicos e manutenção desses, pacotes de internet, formação continuada docente, apoio psicológico etc., isto é, não houve um amparo específico para o período pandêmico.



Durante esse período, o governo federal deixou a cargo dos governos estaduais e municipais a organização do ensino. Cada município se organizou de acordo com sua realidade escolar e várias estratégias foram pensadas e realizadas pelas instituições com o objetivo de que todos os alunos pudessem ter acesso às atividades planejadas, como entrega de material impresso, atendimento individualizado em horários variados, videochamadas, e ainda muitos professores chegaram a ir até a residência de seu aluno para atendê-lo quando possível.

O funcionamento das escolas da rede municipal de Paranaíba não foi diferente e até o ano de 2022, quando a população passou a ser vacinada, foi possível planejar o retorno, já que o início do período de isolamento não pode ser planejado. Durante esse tempo de ensino remoto muitas habilidades foram desenvolvidas pelos professores a despeito de terem ou não familiaridade com os recursos tecnológicos.

O percurso trilhado para criação dos projetos foi longo e discutido entre os órgãos responsáveis e o Ministério da Educação com objetivos claros em relação à recomposição das aprendizagens essenciais ao ciclo de alfabetização. A recomposição de aprendizagens surge como uma resposta aos impactos causados pela pandemia da Covid-19. Ela é composta por uma série de ações e atividades que, juntas, tem como objetivo impulsionar o processo de ensino e aprendizagem considerando estudantes em diferentes níveis de aprendizagem.

Ao verificar as ações desenvolvidas pelo governo estadual de MS e o município de Paranaíba para recompor os conhecimentos em defasagem criou o Programa MS Alfabetiza instituído pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e o Projeto Hora de Aprender viabilizado pela Secretaria Municipal (SEMED) de Paranaíba. O Programa Hora de Aprender é uma iniciativa da rede municipal de ensino de Paranaíba, que consiste em um projeto de reforço escolar com objetivo de resgatar as aprendizagens dos alunos em ciclo de alfabetização. Organizado para atender os alunos de forma individualizada, com recursos variados que atendam as especificidades de cada estudante, o projeto busca ao longo do percurso recompor os conhecimentos que não se realizaram durante a pandemia.



Instituído no ano de 2022 juntamente com o retorno presencial das aulas, todas as escolas municipais passaram a ser atendidas por esse programa coordenado pela SEMED de Paranaíba.

A recomposição das aprendizagens é um conjunto de estratégias que visam garantir as aprendizagens comprometidas pelo período de distanciamento social, apresentando como foco a redução das desigualdades educacionais e o desenvolvimento de habilidades e competências adequadas a cada etapa.

Após o retorno presencial, tornou-se fundamental que os professores re-pensassem suas práticas e suas formas de transmitir os conteúdos, uma vez que deparamo-nos com um público mais inibido e com grandes dificuldades de interação. Neste período, os planos de ação foram elaborados em detrimento sem que houvesse prioridade dos conteúdos essenciais.

Diante deste contexto, no Estado de Mato Grosso Sul, foi implementado em 2022 na rede estadual de educação, em parcerias com o governo municipal, o Programa de Recomposição de Aprendizagens de Mato Grosso do Sul (PRA-MS), com o objetivo de promover a recomposição das aprendizagens perdidas ao longo do período em que a pandemia da Covid-19 foi mais incidente e fez com que os governos adotassem medidas como o isolamento social e distanciamento social. A Pandemia acentuou as desigualdades sociais e educacionais, além de interferir nas aprendizagens dos alunos, o que forçou o estado a elaborar políticas públicas com o objetivo de recompor as aprendizagens essenciais para as trajetórias dos estudantes.

O PRA é um projeto elaborado pelo governo estadual de MS em que estabelece juntamente com o poder municipal a adesão e implantação do programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança, além de dar autonomia aos municípios para pensarem e desenvolverem estratégias de recuperação de acordo com sua e realidade escolar. No caso de Paranaíba, foi também elaborado o projeto Hora de Aprender, que consiste em atividades de reforço e recuperação das aprendizagens escolares.

É de suma importância ressaltar que no município de Paranaíba o ciclo de alfabetização é disponibilizado tanto na rede municipal como estadual o que justifica a parceria dos projetos de recomposição entre as duas redes.

O projeto de recomposição é oferecido no mesmo turno de aula regulares, o aluno é retirado da sala regular para participar de aulas individualizadas. As



crianças a participar dessa ação de recomposição são aquelas que os professores diagnosticarem com grandes dificuldades em conhecimentos básicos do ciclo de alfabetização.

Depois de dois anos do início da pandemia, milhares de crianças e adolescentes tiveram sua aprendizagem afetada, e dessa forma o nível de proficiência em leitura foi reduzido, pois boa parte dos países, inicialmente, determinaram o fechamento total das escolas e em seguida adotaram o Ensino Remoto Emergencial. Portanto foi necessário que os Estados e Municípios dessem total prioridade à recuperação das aprendizagens para evitar uma catástrofe educacional e social.

Os professores tiveram que aprender sozinhos a adaptarem e utilizarem as tecnologias para ministrarem suas aulas. Apesar do esforço da Secretaria Municipal e Estadual de Educação (SEMED/MS) em disponibilizar cursos nas plataformas digitais, muitos profissionais apresentaram resistência diante do novo problema e das novas adaptações metodológicas. Tal situação gerou sentimentos de frustração e incapacidade nos professores, pois não conseguiam lidar com as tecnologias digitais, sem contar os efeitos de temor e pânico ocasionados pela doença em muitos casos mortal, a Covid-19.

Vale ressaltar que mesmo após o retorno presencial das atividades escolares, as dificuldades de aprendizagem continuam significativas, o sistema educacional no Estado de Mato Grosso do Sul ainda sofre com os problemas acentuados pela pandemia, o que depende de uma ação do Estado para recomposição das aprendizagens.

Dentre as medidas pensadas para recuperação da aprendizagem está o projeto Programa MS Alfabetiza. Essa é uma ação do governo federal em parceria com o MEC e idealizado pela Secretaria de Alfabetização (SEALF), como um plano estratégico para corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização no país e visando estabelecer condições necessárias para aquisição e domínio dos conhecimentos de leitura e escrita.



METODOLOGIA

Este estudo se apresenta de cunho qualitativo e documental, que visa fazer uma busca das ações desenvolvidas no estado de Mato Grosso do Sul em parceria com os municípios, especificamente em Paranaíba, para recomposição das aprendizagens não consolidadas pelos estudantes no período pandêmico. Referenciando a abordagem qualitativa André (2005, p. 02) afirma que os estudos qualitativos englobam um “conjunto heterogêneo de métodos, de técnicas e de análises, que vão desde os estudos antropológicos e etnográficos, as pesquisas participantes, os estudos de caso até a pesquisa-ação e as análises de discurso, de narrativas, de histórias de vida”.

A pesquisa de abordagem qualitativa compreende estudos dos fenômenos sociais e do comportamento humano, considerando o contexto que os sujeitos estão inseridos e suas relações.

Portanto nessa pesquisa buscamos apresentar as políticas implementadas pelo Estado de MS no que se refere à alfabetização no período pós pandemia, buscando explicitar as estratégias das Secretarias para recuperação das defasagens escolares.

O PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A pandemia intensificou os desafios presentes na educação, e a partir do retorno ao presencial foi necessário articular ações para reordenar e impulsionar as aprendizagens. Nas palavras de Santos e Cruz (2023):

Quando se fala em recomposição de aprendizagens, compreendemos que trata de intervenções pedagógicas, ações educacionais diretamente ligadas a instituições de ensino, para suprir conteúdos não trabalhados no período pandêmico, ou seja, não é reforço escolar, mas o momento de assegurar que os/as estudantes tenham acesso ao conhecimento necessário para seguir os seus estudos sem prejuízos epistemológicos. (SANTOS e CRUZ, 2023, p. 11)

O projeto de recomposição não deve ser apenas uma política pública burocrática, mas a grande proposta das secretarias que englobam tópicos como avaliação, currículo, formação continuada e acompanhamento pedagógico. De



acordo com Santos e Cruz (2023, p.12) a recomposição da aprendizagem surge como uma alternativa de mitigação, visto que sua proposta vai na direção de recompor o conhecimento que não foi disponibilizado para os/as estudantes durante os anos de 2020 e 2021.

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases seqüenciais e interdependentes. (SECCHI, 2010)

Uma política pública é uma orientação elaborada para enfrentar um problema coletivo, é uma organização intencional de medidas em resposta a um ciclo que aflige uma sociedade, nas palavras de Saravia:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006, p. 28-29)

Assim, toda política pública é elaborada para colocar em prática e amparar os objetivos de superação de uma problemática educacional e social, após a pandemia Covid-19, os governos de vários Estados começaram a reunir estratégias para reconstruir as aprendizagens priorizando as aprendizagens não consolidadas durante o ensino remoto. A crise gerada se materializou nas instituições, a desigualdade entre os alunos nunca foi tão grande e não se encontrou uma solução plausível nem previsível para os conflitos que proliferam no cotidiano das escolas.

O poder público Estadual visando ações destinadas a modificar a realidade educacional instaurada pela pandemia lançou o PRA – Programa de Recomposição das Aprendizagens. Esta é uma das propostas do governo em conjunto com as secretarias de educação para realizar a correção dos



conhecimentos que não foram apropriados pelos alunos no período pandêmico, e busca realizar o fortalecimento das oportunidades iguais de acesso a educação.

O programa de recomposição da aprendizagem no Estado de Mato Grosso do Sul foi organizado e estruturado por meio da Resolução n. 4.026, de 02 de maio de 2022, a SED/MS, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e educacionais vigente.

No Art. 2º é disposto que o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS), deve ser executado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), por intermédio das escolas da Rede Estadual e Municipal de Ensino, tendo por finalidade implementar, no ano letivo de 2022, estratégias de intervenção na aprendizagem e de consolidação de aprendizagens consideradas relevantes e inegociáveis para a vida e trajetória escolar do estudante, com vistas à redução das desigualdades de aprendizagem entre os estudantes da rede estadual de ensino. (MATO GROSSO DO SUL, 2022)

Dessa forma, para que o PRA tenha sua efetivação as escolas da rede estadual de ensino deverão adequar o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com os objetivos, diretrizes e ações para recomposição das aprendizagens. (MATO GROSSO DO SUL, 2022)

Em linhas gerais, a proposta de MS, foi pensada em uma intervenção pedagógica em conjunto, ou seja, toda a escola deve reunir esforços e trabalhar para minimizar a desigualdade, focando na consolidação de aprendizagens consideradas relevantes e inegociáveis para a vida e trajetória escolar do estudante. A normativa determina ainda em seu Art. 4º que o PRA-MS deverá ser oferecido de forma presencial, podendo haver a inclusão de metodologias de ensino não presencial. Toda a estrutura posta, é focada na consolidação de habilidades tidas como essenciais aos estudantes.

As atividades de recomposição da aprendizagem deverão ser implementadas como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, a fim de que todas as crianças se apropriem dos conhecimentos considerados fundamentais pelo Estado, para que haja equidade no ambiente escolar.



Nessa perspectiva, o trabalho com a recomposição de aprendizagens deve mirar o futuro rompendo com a linearidade de aprendizagens tradicionalmente imposta e com a visão cumulativa da aprendizagem.

A pandemia acelerou a mudança do comportamento e pensamento de professores com o ensino remoto. Os professores em sua maioria, ainda não sabiam ao certo como utilizar as tecnologias para promover a alfabetização e garantir que o conhecimento chegasse de forma objetiva aos seus alunos. O novo programa elaborado pelo governo em parceria com o MEC deve estabelecer as principais diretrizes a serem reforçadas pelas escolas com base nos resultados das avaliações de larga escala. Entretanto é preciso garantir a compreensão sobre a diferença entre trabalhar com um currículo voltado para objetos de conhecimento e para habilidades. Ou seja, é necessário compreender globalmente as habilidades do componente curricular para apontar o que é prioritário ou não para o aluno e para a turma.

PROGRAMA MS ALFABETIZA - TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA

Instituído por meio da **LEI Nº 5.724, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021**, tem por objetivo o fortalecimento da aprendizagem e a melhoria dos indicadores educacionais dos estudantes matriculados nas redes públicas de ensino do território sul-mato-grossense, por meio da aquisição do domínio das competências de leitura e escrita adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular.

Tendo em vista a grande defasagem na aprendizagem durante o período de pandemia, o Estado de MS buscou instituir programas e projetos cujos objetivos seriam de recuperar as aprendizagens deficitárias no período pandêmico. O programa MS Alfabetiza alinhou seus objetivos com as aprendizagens não consolidadas no que concerne ao ciclo de alfabetização, propondo práticas de recuperação do processo ensino e aprendizagem. A proposta do governo do Estado é que este projeto seja executado por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e município a qual compete:



I - planejar as formações e a logística de sua operacionalização por intermédio dos setores responsáveis e orientar sobre os mecanismos de acompanhamento das ações;
II - realizar, anualmente, por intermédio do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS), a aplicação das avaliações nas turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, das redes estadual e municipal de ensino, participantes do Programa MS Alfabetiza, em conformidade com a legislação vigente;
III - elaborar e distribuir o material didático complementar para a alfabetização aos estudantes e professores regentes do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas de ensino adesas ao Programa MS Alfabetiza. (LEI Nº 5.724, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021)

Além disso para que a proposta seja implementada com qualidade em sala de aula pelos docentes, está disposto no texto da lei que regulamenta o programa a responsabilidade de viabilizar a formação continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, dos gestores escolares da Rede Pública de Ensino do Município. A implementação organizará novos materiais didáticos com destaque para temas regionais, a formação continuada dos professores da rede municipal e estadual de ensino e a avaliação anual que será aplicada no Sistema de Avaliação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS) para os alunos do segundo ano do ensino fundamental.

O material didático complementar oferecido foi disponibilizado com o intuito de auxiliar no desenvolvimento das aprendizagens e dos campos de experiência, conforme articulação com o Currículo de MS. O diferencial apresentado está na contextualização e regionalização, ou seja, aborda-se temas pertinentes a cultura do Estado de MS o que proporciona aos alunos a oportunidade de aprofundar-se nas riquezas regionais, cabendo ao professor desenvolver práticas educativas pautada nas questões socioculturais e ambientais do Estado.

Após o período de pandemia as demandas educacionais cresceram diariamente, os professores encontram-se perdidos a respeito de que estratégias adotar para amenizar os impactos deixados pelo ensino remoto, a deficiência nas aprendizagens ficou cada vez mais visível e as escolas necessitam de reforços para recolocar as especificidades da alfabetização no eixo, e esse Programa veio para dar suporte para as secretarias municipais no sentido de apoiar as ações de formação continuada, o apoio na formação de gestores e oferta de materiais didáticos que retratam as particularidades do nosso Estado.



O Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança, portanto têm por finalidade o estabelecimento de condições necessárias para que os alunos matriculados nas redes públicas sul-mato-grossenses adquiram o domínio das competências de leitura e escrita adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização. Sabe-se que o sucesso na alfabetização contribui para o desenvolvimento do aluno em todas as etapas da educação básica; diante disso, busca a implementação de uma política com foco na alfabetização das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental.

É preciso olhar para tudo: habilidades não consolidadas e o que foi ou não oferecido no período pandêmico. Analisar o que não foi consolidado e, depois de tudo isso, construir estratégias para recompor as aprendizagens, traçando grandes diretrizes. Para atender as premissas desse programa o professor deverá realizar seu planejamento com foco na diferenciação pedagógica, preparando atividades com intencionalidades específicas para cada nível de aprendizagem, atendendo as dificuldades já mapeadas na avaliação diagnóstica.

A pandemia deixou explícito que temos que trabalhar com a tecnologia a favor da educação, porém isso é algo que exige formações e direcionamentos para compreender como se dá o processo de ensino e aprendizagem quando utilizamos as tecnologias como apoio, para enriquecer nossas práticas como docentes. As ferramentas digitais podem ser utilizadas como suportes ao professor, uma vez que sozinhas não são suficientes para vencer os desafios da recomposição da aprendizagem.

Em todo país a busca por novas estratégias, adaptações nos currículos e nas metodologias foram preocupações de todas as secretarias, e é nesse contexto de crise que surgiu o MS Alfabetiza. É necessário compreender globalmente as habilidades do componente curricular para apontar o que é prioritário no ciclo de alfabetização, levando em consideração também que não foi somente as aprendizagens dos alunos que foram comprometidas pelo isolamento social, mas também de todos aqueles que estavam na linha de frente da educação: os docentes.

Portanto o programa MS Alfabetiza foi implantado em 2021 chegando as escolas em 2022 com o retorno presencial das aulas e em está em vigência com ações voltadas para o fortalecimento dos conhecimentos que não foram plenamente desenvolvidos no período pandêmico. Esta ação do governo do Estado



de MS em parceria com as secretarias municipais pode ser considerada como uma das tentativas de alcançar os alunos em suas particularidades para que todos possam caminhar juntos, na integralidade das aprendizagens.

As instituições escolares precisam recuperar seus princípios perdidos na pandemia, a organização do ambiente escolar é fundamental no processo de ensino, entretanto, a responsabilidade de fazer a educação acontecer em sua plenitude está nessa parceria entre escola, comunidade e ações governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da pandemia vários setores do país foram obrigados a fechar e seguir suas atividades de modo remoto quando possível, com a educação não foi diferente. Seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde que previa o isolamento social como forma de diminuir o contágio da Covid-19, o governo decretou o fechamento de todas as instituições escolares e apontou como alternativa o ERE (Ensino Remoto Emergencial).

Com isso, professores e alunos estiveram perdidos em suas práticas de ensino e aprendizagem, os alunos não reconheciam a escola acontecendo por meio de uma tela, os professores se viram impossibilitados de realizar suas intervenções e alcançar seus alunos em sua totalidade. A escola se perdeu, os conhecimentos escolares foram reduzidos ao que era básico do ciclo de alfabetização, uma vez que cabiam às famílias auxiliá-los nesse processo devido à falta de acesso as aulas remotas. Os desafios a educação nesse período foram visivelmente expandidos, a dificuldade de acesso por parte dos alunos, a falta de familiaridade com os recursos tecnológicos pelos professores, a impossibilidade de uma avaliação e acompanhamento do real aprendizado dos alunos, o desgaste emocional, enfim vários fatores fizeram desse momento um caos sem perspectivas de uma retomada nos moldes anteriores à pandemia. A partir da retomada do ensino presencial, as práticas precisaram ser modificadas, as aprendizagens não consolidadas passaram a ser prioridades, e é nesse sentido que surgiram os programas de recomposição das aprendizagens implantados pelo governo estadual em parcerias com o governo municipal.



No Estado de Mato Grosso do Sul, foi inserido nas políticas voltadas à educação, o Programa MS Alfabetiza, com vista a propor estratégias de recuperação priorizando os conhecimentos essenciais a cada ciclo. Este programa ofereceu também formações aos professores e gestores com orientações de como adequar o material disponibilizado às aprendizagens de seus alunos, estabelecendo condições necessárias para aquisição das competências leitora e escrita ao ciclo de alfabetização.

Portanto os resquícios deixados pela pandemia podem ser vistos ainda hoje, e cabe a todos os envolvidos no processo educacional analisar os desafios que estão explícitos nas instituições escolares e propor medidas para amenizá-los, buscando restabelecer a qualidade do ensino público no país.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Questão de teoria e de método**. Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. Educação e Tecnologia, Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. **DECRETO Nº 11.079, DE 23 DE MAIO DE 2022**. Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 97 ed, 24 maio, 2022.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação. **LEI Nº 5.724, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021**. Institui o Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança, cria o Prêmio Escola Destaque, e dá outras providências. Campo Grande, setembro, 2021. Disponível em: https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/lei_n.5.724.pdf. Acesso em: 08/06/2024.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Ensino Médio e Novo Ensino Médio**. Campo Grande – MS, SED, 2021. (Série Currículo de Referência; 2).

SANTOS e CRUZ, Alexandre José dos e Lilian Moreira. **Recomposição das aprendizagens na educação básica: estratégias pós-pandemia**. Revista de



Estudos em Educação e Diversidade, p. 1-21, jan/dez, 2023. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/12742/8074>. Acesso em:
26/06/2024.

SARAVIA, Enrique. **Políticas Públicas, coletânea. Introdução à teoria da política pública.** 1 vol. Brasília, ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análises, Casos práticos.** 1ed. São Paulo, CENGAGE learning, 2012.